

## TRABALHOS DE PESQUISA

### ENTRE O SABER E O AGIR: A INSEGURANÇA DOCENTE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

BETWEEN KNOWLEDGE AND ACTION: TEACHER INSECURITY IN THE FACE OF CHILD SEXUAL VIOLENCE

ENTRE EL SABER Y EL ACTUAR: LA INSEGURIDAD DOCENTE ANTE LA VIOLENCIA SEXUAL INFANTIL

Georgiano Joaquim Pereira Antonio dos Santos<sup>1</sup> 

**Resumo:** Este estudo analisa a percepção de educadores da rede pública sobre a violência sexual contra crianças, com foco em sua formação, preparo e atuação. A pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, adotou abordagem quantitativa-qualitativa. O levantamento ocorreu em encontros formativos sobre identificação de indícios e suspeitas de violência sexual, fruto da parceria entre CREAS e Secretaria Municipal de Educação de Guaratinguetá-SP. Em junho de 2023, foram realizados cinco encontros, no horário de trabalho coletivo (HTPC), com duração de duas horas cada, com a participação de 280 docentes do ensino fundamental I. Foram aplicados dois questionários: o primeiro, com cinco questões fechadas e espaço para comentários, e o segundo, com uma questão mista e outra em escala Likert. A análise utilizou estatística descritiva e análise de conteúdo, com categorias emergentes das respostas. Os resultados indicam que 93,6% afirmam compreender o conceito de violência sexual, mas 54,3% não se sentem preparados para lidar com a temática. Apesar disso, 87,8% consideram relevante tratar do tema nas escolas. Dificuldades emocionais, insegurança jurídica e ausência de suporte institucional foram destacadas. Conclui-se pela adoção urgente de formação continuada, suporte psicológico, inserção da educação em sexualidade no currículo e fortalecimento da articulação entre escola e rede de proteção.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Violência contra crianças; Rede de proteção; Educação em sexualidade; Políticas públicas.

**Abstract:** This study analyzes public school educators' perceptions of sexual violence against children, focusing on their training, preparation, and performance. The descriptive and exploratory research adopted a quantitative-qualitative approach. The survey took place during training sessions on identifying signs and suspicions of sexual violence, the result of a partnership between CREAS and the Municipal Department of Education of Guaratinguetá, São Paulo. In June 2023, five meetings were held during collective working hours (HTPC), each lasting two hours, with the participation of 280 elementary school teachers. Two questionnaires were administered: the first with five closed questions and space for comments, and the second with one mixed question and another on a Likert scale. The analysis used descriptive statistics and content analysis, with categories emerging from the responses. The results indicate that 93.6% claim to understand the concept of sexual violence, but 54.3% do not feel prepared to deal with the issue. Despite this, 87.8% consider it relevant to address the topic in schools. Emotional difficulties, legal uncertainty, and lack of institutional support were highlighted. The conclusion is that there is an urgent need for continuing education, psychological support, the inclusion of sexuality education in the curriculum, and the strengthening of coordination between schools and the protection network.

**Keywords:** Teacher training; Violence against children; Protection network; Sexuality education; Public policies.

**Resumen:** Este estudio analiza la percepción de los educadores de la red pública sobre la violencia sexual contra los niños, centrándose en su formación, preparación y actuación. La investigación, de carácter descriptivo y exploratorio, adoptó un enfoque cuantitativo-cualitativo. La encuesta se realizó en reuniones formativas sobre la identificación de indicios y sospechas de violencia sexual, fruto de la colaboración entre CREAS y la Secretaría Municipal de Educación de



<sup>1</sup> Doutor da Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, São Paulo, Brasil. [psi.georgiano@gmail.com](mailto:psi.georgiano@gmail.com)

Guaratinguetá-SP. Em junho de 2023, se realizaram cinco encontros, em horário de trabalho coletivo (HTPC), com uma duração de duas horas cada uno, com a participação de 280 docentes de la enseñanza fundamental I. Se aplicaron dos cuestionarios: el primero, con cinco preguntas cerradas y espacio para comentarios, y el segundo, con una pregunta mixta y otra en escala Likert. El análisis utilizó estadística descriptiva y análisis de contenido, con categorías emergentes de las respuestas. Los resultados indican que el 93,6 % afirma comprender el concepto de violencia sexual, pero el 54,3 % no se siente preparado para abordar el tema. A pesar de ello, el 87,8 % considera relevante tratar el tema en las escuelas. Se destacaron las dificultades emocionales, la inseguridad jurídica y la falta de apoyo institucional. Se concluye que es urgente la formación continua, el apoyo psicológico, la inclusión de la educación sexual en el plan de estudios y el fortalecimiento de la articulación entre la escuela y la red de protección.

**Palabras clave:** Formación docente; Violencia contra la infancia; Red de protección; Educación sexual; Políticas públicas.

## Introdução

De acordo com Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), o Brasil registrou 83.988 estupros de vulnerável em 2023. Desses, 61,6% das vítimas têm até 13 anos, um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Segundo o mesmo estudo, a cada hora, o Brasil registra aproximadamente 7 estupros de crianças e adolescentes. Ainda de acordo com o Anuário (2024), 64% dos agressores de vítimas com até 13 anos são familiares, evidenciando que, em diversos momentos, crianças e adolescentes só poderão contar com a segurança das instituições escolares.

O relatório Child Maltreatment (2019) corrobora com essa afirmação, ao apontar que os profissionais que mais reportam episódios de maus-tratos e abusos contra crianças nos EUA são aqueles vinculados à educação (21%), seguidos pelas polícias e demais agentes da lei (19,1%) e pelos serviços de saúde (11%).

Esses dados demonstram o papel da escola como parte fundamental da rede de proteção de meninas e meninos frente à violência sexual. Isso ocorre porque essas crianças e adolescentes passam boa parte de seu cotidiano nesse ambiente, no qual laços significativos de confiança podem ser estabelecidos.

Por esse motivo, “é possível que um(a) educador(a) ou outro(a) profissional da escola seja a primeira pessoa a quem uma criança ou adolescente” (Unicef, 2022, p.71) efetuará a revelação espontânea de uma violência sofrida, ou então que algum profissional identifique sinais no cotidiano escolar os quais levem a essa identificação, sem que haja, necessariamente, o relato da vítima (Unicef, 2022).

Barbosa *et al.* (2024) destacam que o treinamento contínuo em educação e sexualidade aumenta significativamente a capacidade de professores em identificar sinais de violência e promover ambientes protetores. Entretanto, a formação insuficiente de seus profissionais compromete a atuação preventiva e protetiva. Para que os educadores possam exercer plenamente esse papel, é fundamental capacitá-los em relação aos sinais de alerta e ao processo de encaminhamento adequado.

Nesse sentido, a equipe de educação é, e precisa se entender como, um dos componentes de uma ampla rede de proteção à infância e à juventude. Assim, a escola não deve atuar de forma isolada, mas sim como parte de uma rede de proteção integrada, que inclui serviços de saúde, assistência social e justiça. Essa abordagem sistêmica é essencial para garantir que as crianças e adolescentes recebam o suporte necessário para romper o ciclo da violência (Unicef, 2022).

Com base nesse cenário, alguns questionamentos podem ser feitos: educadores se sentem preparados e seguros para abordar esse assunto com seus educandos? Sabem como agir diante de uma suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças? A formação básica de professores é suficiente para as questões de violência sexual que podem surgir no contexto educacional?

Frente ao exposto, avaliar a percepção de educadores sobre a temática de violência sexual contra crianças, e suas dificuldades, torna-se importante para ampliar o papel protetivo da educação nas escolas. Parte-se, aqui, da perspectiva de que o aprimoramento de conhecimentos e habilidades de professores em relação à compreensão e identificação de indícios de violência sexual pode ocasionar o sentimento de maior preparação para lidar com essas situações, o que poderá levar a uma identificação e encaminhamentos mais eficazes em relação a esses casos e, conseqüentemente, a um ambiente escolar e social mais seguro para as crianças.

## Método

O levantamento foi realizado em encontros formativos sobre a identificação de indícios e/ou suspeita de violência sexual em criança. Esses encontros surgiram da colaboração entre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Secretaria Municipal de Educação de Guaratinguetá-SP, como atividade formativa para professores do Ensino Fundamental I.

Em junho/2023 foram realizados 5 encontros, em horário de trabalho coletivo (HTPC's) de professores, com duração de 2 horas cada, com média de 56 pessoas por encontro, totalizando 280 participantes. Desse total, 83,9% eram do sexo feminino, 6,8% do sexo masculino<sup>2</sup>. Em relação à faixa-etária, participaram do estudo pessoas com idades entre 22 e 72 anos, com uma média de idade de 44 anos e predomínio de professores entre os 41-50 anos (33,57%).

**Tabela I – Divisão de participantes por faixa-etária<sup>3</sup>**

Faixa-etária	%
21-30 anos	9,29%
31-40 anos	25%
41-50 anos	33,57%
51-60 anos	17,14%
61-70 anos	5%
70+	0,36%

Fonte: autor.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação do município, no momento de realização do levantamento, o Ensino Fundamental I tinha em seu quadro de professores efetivos 227 pessoas. Identificou-se uma discrepância entre a população total de professores do Ensino Fundamental I e a quantidade de questionários coletados, um excedente de 53 questionários. Segundo a secretaria de educação municipal, essa discrepância ocorreu devido à participação de alguns professores das escolas integrais e do Ensino Fundamental II.

Para garantir o anonimato, os questionários foram coletados de maneira aleatória e acondicionados em uma caixa lacrada ao final da formação, não sendo possível diferenciar quais eram do excedente identificado<sup>4</sup>. Desse modo, por se tratar de professores do ensino fundamental, optou-se por considerar todos os questionários neste levantamento.

Foram aplicados dois questionários, no início e ao final de cada encontro, respondidos individualmente e de maneira simultânea pelos próprios participantes. Todos os participantes responderam ambos os questionários.

O primeiro era composto por 5 (cinco) questões fechadas, a saber: 1) *Você sabe o que é violência sexual?*; 2) *Você se sente preparado para falar sobre esse assunto?*; 3) *Você tem receio/medo de falar sobre violência sexual?*; 4) *Você já teve conhecimento de alguém que sofreu violência sexual?*; 5) *Você já teve contato com alguém que sofreu violência sexual?*, todas com alternativas de *sim* ou *não*, e um espaço livre para comentários da pessoa participante ao final do questionário.

O segundo questionário era composto por 2 (duas) questões, a saber: 1) *Você considera relevante abordar esse tipo de temática? Por quê?*; sendo a primeira parte da questão fechada, com possibilidade de resposta entre *sim* ou *não* e a segunda parte aberta; 2) *Com que frequência gostaria que fosse falado sobre o tema com a rede?*, pergunta em escala *likert* de três pontos divididos em *sempre*, *de vez em quando* e *nunca*. Devido a um erro de impressão, para os dados de identificação foram coletados apenas a idade e o sexo dos participantes nos dois questionários.

<sup>2</sup> Ressalta-se que 9,3% das pessoas participantes não assinalaram nenhuma resposta para a categoria "sexo".

<sup>3</sup> Ressalta-se que 9,64% das pessoas participantes não responderam a categoria "idade".

<sup>4</sup> Conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510, de 07 de abril de 2016, é dispensável o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em levantamentos como esse. Todos os participantes foram informados sobre a possibilidade de utilização dos dados para futuras pesquisas. Os questionários foram coletados de forma aleatória ao final da atividade, sendo depositados em urna caixa lacrada para garantir o anonimato de todos os participantes, não sendo possível identificar a qual participante cada questionário se refere.

A pesquisa foi realizada por meio de uma perspectiva descritiva e exploratória, configurando-se como uma pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa (Freitas *et al.*, 2000; Gil, 1991). A escolha de uma abordagem quanti-qualitativa refere-se à adoção de um posicionamento de complementaridade entre as diferentes abordagens, e não à integração de abordagens dispares (Minayo; Sanches, 1993; Souza; Kerbauy, 2017).

Para a análise e tratamento dos dados coletados, foram utilizadas duas técnicas: a análise descritiva dos dados referentes às questões fechadas (Reis; Reis, 2002) e a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2000; Lima, 2006) para as questões abertas. Foram estabelecidas correlações entre as questões fechadas e abertas para enriquecer a análise dos dados.

Para a categorização dos dados, foram utilizadas categorias temáticas não apriorísticas, ou seja, que não foram determinadas previamente e que emergem, em sua totalidade, a partir do contexto das respostas dos participantes da pesquisa (Campos, 2004; Bardin, 2000). Para todas as categorias, foram elaboradas definições que podem obedecer ao “conceito definido no referencial teórico ou serem fundamentadas nas verbalizações relativas aos temas” (Câmara, 2013, p. 187).

## Resultados

Os dados quantitativos indicam que 93,6% das pessoas participantes afirmaram saber o que é violência sexual, evidenciando uma compreensão geral sobre o conceito. No entanto, esse conhecimento não se traduz em segurança prática, uma vez que mais da metade das pessoas participantes (54,3%) relataram não se sentirem preparadas para abordar o tema, evidenciando uma discrepância entre o conhecimento teórico e a capacidade de aplicação prática.

A insegurança dos educadores é ainda reforçada por desafios institucionais e emocionais. Professores relataram preocupações com retaliações de familiares, insegurança jurídica e falta de suporte adequado. No entanto, 57,5% indicaram não ter medo ou receios para tratar da temática, enquanto 36,8% expressaram desconforto.

Nota-se nas respostas a frequência dessa problemática no cotidiano de professores, dentro ou fora das escolas: 65,4% afirmaram terem conhecimento de alguma pessoa vítima de violência sexual e 53,2% disseram ter tido contato com alguma pessoa vítima de violência sexual.

As pessoas participantes também reconhecem o abuso sexual infantil como um problema recorrente que exige maior discussão e conscientização no ambiente escolar, reforçando a urgência de tratá-lo nas instituições. A discussão sobre o tema é considerada relevante por 87,8%.

As justificativas de relevância foram organizadas a partir da técnica Análise de Conteúdo em categorias apriorísticas, conforme disposto no quadro a seguir. Foram encontradas 254 emissões<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O número de emissões não corresponde ao número de participantes que responderam esta questão. Isso ocorre devido à possibilidade de uma única resposta conter mais de uma emissão temática. Esclarecemos que uma mesma emissão foi computada em apenas uma única categoria, garantindo sua exclusividade. Ressalta-se que 17,8% das pessoas participantes não responderam esta pergunta.

**Tabela 2** – Distribuição das emissões por categorias e subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	N EMISSÕES	N TOTAL DE EMISSÕES
<b>Preparação e Formação de Educadores no Enfrentamento à Violência Sexual Infantil</b>	Necessidade de conhecimento e formação específica para agir.	70	91
	Limitações e desafios na prática escolar	21	
<b>Educação e Conscientização sobre Violência Sexual Infantil - Preparação e Proteção</b>	Prevenção e conscientização	69	106
	Suporte e apoio no ambiente escolar	37	
<b>Relevância e Urgência da Temática do Abuso Sexual Infantil</b>	Importância geral	17	53
	Atualidade do tema e alta frequência	36	
<b>Outros</b>		6	6
<b>N total de emissões</b>			<b>256</b>

Fonte: autor.

### **Categoria: Preparação e Formação de Educadores no Enfrentamento à Violência Sexual Infantil**

Esta categoria envolve todas as respostas que destacam a importância da formação continuada dos educadores sobre como lidar com situações de abuso e violência, especialmente em contextos escolares. No entendimento dos educadores, esse tipo de formação específica para a temática visaria prepará-los para identificar sinais de abuso, intervir de maneira adequada, apoiar as vítimas e seguir os protocolos legais. Essa categoria foi subdividida em outras duas subcategorias.

A subcategoria 1) *Necessidade de Conhecimento e Formação Específica para agir*, com 70 emissões, abarca as respostas que destacam a necessidade de conhecimento específico e de uma preparação contínua dos educadores para lidar com situações de abuso e violência. O foco aqui é o desejo de mais informações e estratégias para atuação.

“Acredito que precisamos entender como proceder com essa temática na prática. Temos muitas vidas em nossas mãos e muitas vezes a escola é seu porto seguro” (E259 – F, 43 anos);

“Porque precisamos entender o contexto em que a violência está acontecendo e saber o que podemos fazer para ajudar/socorrer essa criança/adolescente. Toda formação quebra tabus. Toda informação nos capacita a identificar possíveis abusos” (E101 – F, 53 anos).

As emissões computadas nesta categoria demonstram que educadores não se sentem totalmente preparados para o enfrentamento desse tipo de violência; entretanto, mostram-se abertos ao aprendizado e aprimoramento de sua atuação por meio de formações sobre a temática. Identifica-se, nas respostas, um pedido explícito por treinamentos e materiais que facilitem a atuação. As pessoas participantes estabelecem uma correlação entre formação para a temática e segurança para agir diante desse tipo de violação de direitos da infância.

Em relação à subcategoria 2) *Limitações e Desafios na Prática Escolar*, com 21 emissões, há as respostas sobre as dificuldades encontradas no tratamento do tema, seja pela sobrecarga de responsabilidades, falta de preparação ou por acreditarem que outros profissionais são mais adequados para lidar com o tema.

“À escola tem sido dada demandas excessivas e impossíveis de serem contempladas de maneira correta. O professor não é o especialista indicado para dar a tratativa adequada a esses crimes, embora a gente diariamente acolha e se compadeça e sofra muito junto com essas crianças e famílias” (E139 – Fem., 43 anos);

“Porque esse tema é pouco abordado nas escolas e temos receio/medo de falar com as crianças em sala e também em trabalhar com as famílias para evitarmos essa violência sexual” (E206 – S/I).

Verifica-se que algumas respostas compreendem a proteção da criança frente à violência sexual como algo que não compete ao fazer educacional, ultrapassando as competências técnicas de professores. Com base nessas respostas, nota-se o desconhecimento por parte das pessoas participantes de normativas que garantem e incluem a rede de educação na rede de prevenção e proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Há um desconforto significativo de professores em abordar o tema abuso sexual, tanto em relação às famílias quanto às repercussões na própria instituição escolar. Professores sentem receio de mal-entendidos, retaliações por parte dos pais ou responsáveis e insegurança jurídica ao se envolverem em casos. Algumas das pessoas participantes sentem-se isoladas e vulneráveis ao abordar tal temática. Outras compartilham as dificuldades enfrentadas ao lidar com essas situações, ilustrando os desafios emocionais e estruturais no enfrentamento da violência e o impacto do problema em suas vidas.

### **Categoria: Educação e Conscientização sobre Violência Sexual Infantil - Preparação e Proteção**

Essa categoria abrange as respostas relacionadas à necessidade de educadores, escolas e comunidade escolar em geral estarem preparados para lidar com a violência sexual infantil, promovendo a conscientização e a prevenção. O tema principal das respostas refere-se à possibilidade de realização de um trabalho preventivo sobre a temática, visando à proteção de crianças, bem como à escola e à figura de educadores, compreendidas como figuras de proteção e suporte. Essa categoria foi subdividida em outras duas subcategorias.

No que se refere à subcategoria 1) *Prevenção e Conscientização*, destaca-se a necessidade de sensibilização e conscientização sobre o tema da violência sexual infantil, tanto para educadores quanto para estudantes. As respostas ressaltam que a conscientização é uma medida essencial para evitar abusos, garantir que crianças e adolescentes conheçam seus direitos e saibam como se proteger.

“É necessário o tema ser discutido de forma interdisciplinar na escola de maneira que haja espaço para os alunos terem voz para contar fatos de seu cotidiano e tirar dúvidas a respeito do tema” [...] (E107a – Fem., 45 anos);

“Através das informações e orientações podemos ajudar tanto as crianças como os familiares. Para esclarecer primeiramente, e ainda, direcionar a ação do professor em relação ao assunto, para que ele saiba como agir mediante uma situação de abuso” (E87 – Fem., 54 anos).

Embora não citada diretamente, podemos analisar que as emissões nesta categoria se referem à inserção da educação em sexualidade no currículo escolar como ferramenta de identificação e prevenção de violências sexuais contra crianças.

A subcategoria 2) *Suporte e Apoio no Ambiente Escolar* apresenta respostas que envolvem a necessidade de educadores se tornarem pontos de apoio para as crianças e adolescentes, garantindo que se sintam seguros para compartilhar situações de abuso e recebam o suporte necessário. As respostas destacam a importância de um ambiente escolar acolhedor e de uma rede de apoio eficaz para lidar com essas situações delicadas.

“Muitas vezes a criança sofre esse tipo de violência dentro de casa e não sabe como agir. O professor é a rede de apoio que pode ajudar a combater isso” (E192 – Fem., 26 anos);

“Porque é uma temática cada vez mais exigente e nós como professores somos o elo, ou uma ponte segura de apoio e confiança para que esse sofrimento na vida da criança seja amenizado, pois situações como essa refletem no dia a dia de sala de aula” (E196 – Fem., 39 anos).

Destaca-se a relevância cotidiana do papel desempenhado pela comunidade escolar, uma vez que crianças em situação de violência sexual estão inseridas no ambiente educacional.

## **Categoria: Relevância e Urgência da Temática do Abuso Sexual Infantil**

Essa categoria destaca tanto o impacto devastador que essa forma de violência pode ter na vida das vítimas quanto a frequência com que o problema ocorre, tornando essencial a atenção de educadores e da sociedade em geral. Essa categoria foi subdividida em outras duas subcategorias.

Na subcategoria 1) *Importância Geral*, foram consideradas as respostas que ressaltam que o tema violência sexual infantil é um assunto essencial, muitas vezes negligenciado, mas que precisa ser amplamente discutido. A gravidade do impacto desse tipo de violência nas vítimas é uma questão central aqui.

“As informações contidas na temática são de suma importância para todos os professores e funcionários” (E17 – S/I);

“Temática importantíssima para a educação específica para a escola que trabalha com crianças e adolescentes” (E37 – Fem., 63 anos).

Na subcategoria 2) *Atualidade do tema e alta frequência*, destacamos a presença constante do abuso sexual infantil na realidade de muitas crianças e adolescentes. As respostas indicam que esse problema, além de atual, é recorrente e muitas vezes invisível, pois muitas vítimas permanecem em silêncio por medo ou falta de suporte. O ambiente escolar é, frequentemente apontado, o local onde sinais podem ser observados.

“Porque é atual fazendo parte da realidade de nossos alunos. E muitas vezes não tem como reconhecer a violência e nem a quem pedir socorro” (E113 – Fem., 53 anos);

Porque é um tema que vemos no nosso dia a dia. Muitas crianças sofrem abusos e calam-se, por medo, insegurança, causando sérios problemas para esse pequeno ser em formação (E75 – Fem., 49 anos).

Em relação à última questão, “*Com que frequência você gostaria que fosse falado sobre o tema com a rede?*”, os dados quantitativos indicam que 56,8% das pessoas participantes acreditam que o tema deve ser discutido *sempre*, enquanto 40,6% preferem abordagens ocasionais (“de vez em quando”). Apenas 0,9% afirmam que o tema não deve ser discutido.

## **Discussão**

O estudo corrobora a centralidade da escola na rede de proteção à infância e adolescência, conforme preconizado pelo ECA e pela Lei 13.431/2017, que integra o sistema educacional ao Sistema de Garantia de Direitos. No entanto, é evidente a necessidade de maior integração entre a escola, as famílias e outros órgãos de proteção, como os conselhos tutelares e os serviços de assistência social.

Essa necessidade está alinhada à Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) vítima ou testemunha de violência e determina que o sistema educacional faz parte do SGDCA, devendo atuar em conjunto com os sistemas de saúde, de assistência social, de justiça e de segurança pública, ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

Outra lei importante é a 14.679, de 18 de setembro de 2023, que passou a incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação. Contudo, o estudo demonstra que muitos educadores ainda desconhecem essas normativas ou sentem que não possuem suporte adequado para sua implementação.

A educação em sexualidade está presente, de forma pulverizada e fragmentada, em todos os espaços de socialização (família, igreja, escola, trabalho, mídia, pares, etc.). A importância da atuação do sistema educacional nesta temática deve-se à sua centralidade na vida cotidiana de crianças e à sua capacidade de “reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana”, baseada em evidências e com o objetivo protetivo (Unesco, 2014, p. 11). Assim, a educação em sexualidade promove o desenvolvimento de habilidades para que crianças reconheçam situações de risco e saibam como se proteger. Essa abordagem também pode contribuir para reduzir o estigma e o silêncio em torno da violência sexual.

Como aponta Lessa e Mayor (2019), a escola possui atributos privilegiados para a identificação precoce de casos de violência sexual; porém, conforme apontam os dados, faz-se necessária uma formação continuada que inclua elementos práticos e teóricos para capacitar os profissionais na identificação precoce e encaminhamento de casos. Vale lembrar que a maioria dos casos de violência sexual contra crianças é perpetrada por algum familiar ou conhecido da criança e 61,7% dos casos notificados ocorreram em suas próprias residências (FBSP, 2024).

Quando crianças e adolescentes são expostos a situações de violência e não recebem apoio adequado da comunidade, da escola ou da sociedade, tendem a internalizar a ideia de que a agressão é um comportamento aceitável, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência (Santos; Neumann; Ippólito, 2011). Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente acolhedor que favoreça a escuta ativa daqueles que vivenciam situações de violência sexual.

Essa escuta constitui um passo inicial essencial para oferecer suporte àqueles que demonstram necessidade de ajuda. O educador, por sua vez, tem um papel central nesse processo e deve atuar como um aliado estratégico dessas crianças e adolescentes. Para isso, é imprescindível que compreenda a complexidade do fenômeno e esteja preparado para enfrentá-lo de maneira eficaz (Santos; Neumann; Ippólito, 2011).

Para que isso possa ocorrer, é necessário que professores sejam qualificados para a identificação desse tipo de violência e sobre os procedimentos a serem adotados frente a essa situação. Para além do relato espontâneo, crianças também comunicam de maneira não verbal que estão sofrendo algum tipo de violência sexual por meio de sinais corporais e comportamentais, entretanto, para que essa identificação mais sutil seja possível, a formação continuada nesta temática se mostra extremamente necessária.

## Considerações finais

A partir dos dados coletados neste estudo sobre a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças, é possível concluir que, embora a maioria dos educadores tenha conhecimento geral sobre o tema, ainda há lacunas significativas relacionadas à preparação técnica e emocional para lidar com essa problemática. A escola ocupa um papel central na proteção das crianças, mas enfrenta desafios que comprometem sua atuação plena.

Os dados destacam a importância de investimentos na formação continuada de educadores, assegurando que estejam técnica e emocionalmente preparados para identificar, acolher e encaminhar casos de violência sexual infantil. É fundamental que essas formações incluam aspectos legais, técnicas de abordagem sensível e conhecimento sobre os sinais verbais e não verbais que indicam situações de abuso.

Para além da formação, é imprescindível criar estruturas de suporte dentro e fora da escola, garantindo que professores e estudantes tenham acesso a uma rede de proteção funcional e eficaz. Estratégias como a realização de oficinas, palestras e campanhas de conscientização podem fortalecer o envolvimento da comunidade escolar e promover um ambiente mais seguro.

Além disso, os relatos evidenciam o impacto emocional ao qual os educadores estão sujeitos ao lidarem com casos de violência, reforçando a necessidade de apoio psicológico e institucional para esses profissionais. A criação de espaços de escuta e diálogo e uma atuação articulada entre a escola, famílias e serviços de proteção são fundamentais para assegurar um ambiente seguro e acolhedor para as crianças e os adolescentes.

Os dados apontam a necessidade de que sejam implementadas políticas públicas voltadas para: *a) Formação continuada obrigatória*: Capacitações regulares que incluam aspectos teóricos e práticos, além de suporte emocional aos educadores; *b) Inserção da educação em sexualidade no currículo escolar*: abordagem preventiva e sistemática que permita às crianças identificar situações de risco e conhecer seus direitos; *c) Articulação entre redes de apoio*: maior integração entre escola, famílias e serviços de proteção, garantindo encaminhamentos eficazes e suporte adequado; *d) Suporte institucional*: criação de protocolos claros, suporte jurídico e emocional para que educadores possam atuar com segurança.

A adoção de tais medidas poderá contribuir para o fortalecimento da função protetiva da escola, reforçando-a como um espaço seguro e acolhedor, que possa contribuir ativamente para a prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil. Essa é uma responsabilidade coletiva que exige comprometimento de toda a sociedade. Por fim, este estudo reforça a urgência de medidas concretas para criar uma "escola que

cuida", rompendo o ciclo de violência sexual contra crianças e adolescentes e garantindo a formação de uma geração mais protegida e consciente de seus direitos.

## Agradecimentos

Agradeço às psicólogas Ana Carolina Cursino Silva Aman, Camila Fernanda Costa e Mariana Barbosa Rodrigues pelo suporte e organização dos encontros formativos nos quais os dados foram coletados; ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e à Secretaria Municipal de Educação de Guaratinguetá-SP. Não houve financiamento para a realização desta pesquisa.

## Referências

- BARBOSA, F. C.; BRAGA, L. R. A. F.; LIMA, W. E.; MONTEIRO, R. S.; COSTA, A. M. P.; PEREIRA, A. A. Educação sexual na infância: abordagens e perspectivas para a formação docente. *Revista DELOS*, Curitiba, v. 17, n. 62, p. 01-24, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv1.n62-045. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/download/3061/1769/6371>. Acesso em: 07 dez. 2024.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.431, 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Lei nº 14.675, 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre o funcionamento dos serviços privados de vacinação humana, *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016.
- CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 179-191, dez. 2013. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1983-82202013000200003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003). Acesso em: 20 jan. 2025.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, out. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- CHILDREN'S BUREAU. Child Maltreatment. *U.S. Department of Health and Human Services*, 2019. Disponível em: <https://www.acf.hhs.gov/sites/default/files/documents/cb/cm2019.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- FREITAS, H; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n.3, p. 105-112, 2000. <https://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3503105.pdf>. Acesso em 20 jan. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LESSA, C. B.; MAYOR, A S. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v. 9, n. 25, p.61 -77, 2019. DOI: 10.25242/887692520191745. Disponível em: [https://www.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/1745/1399](https://www.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1745/1399). Acesso em 15 dez. 2024.

LIMA, R. de C. P. Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 56-62, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100008>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100008). Acesso em: 09 out. 2024.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade?. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p 239-262, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fDb/?format=pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

REIS, E. A.; REIS I. A. *Análise Descritiva de Dados*. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf> . Acesso em: 27 out. 2024.

SANTOS, B. R.; NEUMANN, M.; IPPÓLITO, R. *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*, 2 ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 05 dez. 2024.

UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762> . Acesso em: 20. Nov. 2024.

UNICEF. *Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes*, 2022. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/19281/file/comunidade\\_escolar\\_prevencao\\_resposta\\_violencia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/19281/file/comunidade_escolar_prevencao_resposta_violencia.pdf). Acesso em: 27 nov. 2024.

Recebido em: 22/04/2025

Aprovado em: 16/09/2025